

O problema da compilação no ofício dos cronistas portugueses (limiar do século XVI)

Leandro Alves Teodoro

Mestrando em História pelo programa de pós-graduação da UNESP – campus de Franca – sob orientação da prof^a dr^a Susani Silveira Lemos França. Bolsista FAPESP. E-mail: teodoro400@yahoo.com.br

Resumo

A proposta deste artigo é perceber a mudança de perspectiva da *Crónica de D. Afonso IV* do cronista Rui de Pina — compilada de uma crônica elaborada por Fernão Lopes — para a *Crónica de D. João II*, feita a partir do seu próprio levantamento de dados e, especialmente, sua própria memória dos acontecimentos.

Palavras-chave: Idade Média. Portugal. Crônicas. Corte. Rui de Pina.

Abstract

The proposal of this articles is to understand the change of perspectives of the *Crónica de Afonso IV* — compiled of a chronicle elaborated for Fernão Lopes — for the *Crónica de D. João II*, of this first chronicler, done from its proper data-collecting and, especially, its proper memory of events.

Keywords: Middle Ages. Portugal. Chronicles. Court. Rui de Pina.

E ho Marques que no Castello, que eram suas proprias casas, estava já por isso reteudo, tanto que este Acordo D'ElRey lhe foy pobricado, logo na mesma ora o comprio, e segundo palavras, nam sem muita paixam, mostrando que o avia por grande abatimento, e agravo. E dentro do termo se foy a Castello Branco, onde esteve algus dias, em que com a danada vontade que pêra ElRey tynha, compillou, e formou hua instrucçam muito desnonesta, e de Capitolos muy falsos, e muy defamatorios da vida, honra, e Estado D'ElRey, a qual logo emviou a ElRey, e aa Raynha de Castella, que pola pouca autoridade do messegeiro, ou pola desnonestidade da sustancia, a dicta instrucçam nom foy recebida, nem vista com aquelle credito, que ho Marques desejava.¹

Esta parte da *Crónica de D. João II* do cronista Rui de Pina (1440-1522)², é uma das que compõem o episódio da rivalidade formada no território português entre o monarca D. João II e o Duque de Bragança,

pelo fato, segundo o cronista, de esse nobre ter traído seu rei ao aliar-se ao reino de Castela. Pina declarou, ao longo desta crônica, a importância da fidelidade nas relações estabelecidas na Corte como elemento chave para o poder régio, em Portugal, se consolidar. Portanto, a traição do Duque ofende, de acordo com a leitura ética realizada por Pina, toda a estrutura de poder constituída na época.

Nota-se, pois, que o objetivo de Pina nesta crônica, bem como na *Crónica de D. Afonso IV* é precisamente registrar a magnitude de Portugal, através das proezas administrativas de cada monarca, enfatizando principalmente os acontecimentos que impulsionaram o reino a se fortalecer. Desde Fernão Lopes, a propósito, a história do reino aparece no enredo das crônicas, deixando transparecer que o poder régio estava legitimado a partir da vontade dos povos.

E porem este degrado do Marques assi riguroso, e acelerado, acrescentou muita parte na maa vontade do

¹ PINA, R. de. *Crônicas*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p.904.

² D. Duarte — monarca da dinastia de Avis — criou o cargo de cronista-mor da Torre do Tombo, cargo responsável pela escrita da história do reino, ocupado inicialmente por Fernão Lopes e depois por Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

*Duque que já tynha pera ElRey, creendo que o fezera por abatimentoseu, e de seu irmão, a quem se devia outro resguardo. Em que nom mingou nada a detrimaçam que ElRey, a requerimento dos povooos, em todos os lugares, e terras do Regno, sem alguma excepçam... ... como também porque era razam, que em princípio de seu regnado nom lhe ficasse por saber a justiça que em seus Regnos avia, e se em suas terras, e nas dos outros se faziam alguns insultos, e desmandos, que dereito se ouvessem de proyeer, e remdiar.*³

As crônicas, dessa forma, mostram como se situava a Corte no espaço régio, bem como os procedimentos que legitimavam o poder temporal. Portanto, Pina preocupou-se em ressaltar que as ações do rei eram garantidas pela vontade dos povos, que reconhecia a figura do monarca no centro do poder, pois, *a boa governança de seus Regnos, vassallos, e naturaaes delle, em que pareceo mui claro, que era o proprio, e verdadeiro coração da Republica*⁴. Pina considera que o rei e a corte encontravam-se posicionados estrategicamente no coração da República, mantendo viva a monarquia e toda a grandeza do povo português. Com efeito, segundo este cronista, as atitudes do Duque de Bragança comprometeram a estabilidade do reino, do coração da República. Em razão de preservar as façanhas históricas da dinastia de Avis, o cronista narrou o percurso que D. João II fez para reverter a situação a favor do lado português, condenando um nobre que ele tinha como um familiar.

Vale ressaltar que esse episódio entre o rei D. João II e o Duque de Bragança, mostrando a fidelidade como princípio motor da relação entre o rei e a Corte, também levanta a possibilidade de notar que Pina menciona o termo compilar e a questão da falsificação. Levando isso em consideração, a crônica de D. João II, ao mesmo tempo que narra o curso da história, defende um ponto de vista para observá-la, pois Pina, narrando uma rede de acontecimentos que envolvem a figura do rei, aponta

a verdade como seu guia, em detrimento da falsificação e das mentiras que podem estar presentes na compilação de documentos.

No que diz respeito à composição textual do século XV, a compilação manifestou-se como ferramenta fundamental que propiciava um mecanismo apto para o cronista reunir um número significativo de documentos.⁵ Os modelos e práticas da cultura medieval no universo do conhecimento tendiam a ser respeitados. O historiador na Idade Média valorizava mais o tradicionalismo do que a originalidade. A erudição correspondia à repetição, reafirmando exemplos a serem imitados, *“exemplum vitae”*. Em outras palavras, o historiador, o artista de uma maneira geral, preservava o modelo estabelecido por Deus, ao continuar o serviço de seus predecessores mantendo os mesmos objetivos de trabalho. A história estava submetida à providência divina, apresentando o mundo de uma forma estável e esforçando-se para captar essa harmonia do mundo e traduzir para o plano dos homens os ensinamentos do mundo superior. Fernão Lopes buscou em suas crônicas justificar que o governo de D. João I não rompia com a ordem natural da história; com igual finalidade, Rui de Pina teceu argumentos na crônica de D. João II de legitimação de D. Manuel, porque o sucessor direto deste havia morrido.

Neste sentido, houve a existência na Idade Média uma relação de dependência da história com a moral, a retórica da Antigüidade foi bem conhecida nesse período graças ao empreendimento dos monges em traduzir os ensinamentos dos clássicos, principalmente de Cícero.⁶ Os escritos medievais podem ser comparados a um grande tratado retórico e moralizante, cujo objetivo maior era a repetição da verdade, sem qualquer pretexto de originalidade. As mesmas práticas de compilação do cronista Rui de Pina são encontradas inclusive na produção monástica e senhorial. Vale ressaltar que, em Portugal, entre esses três momentos de escrita⁷ percebe-

³ PINA. *Op. cit.*, p.904.

⁴ *Idem*, p.1032.

⁵ Sobre compilação ver: GUNENÈE. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980, p.211-214.

⁶ GUENÉE. *Op. cit.* p.27-29.

⁷ Os escritos históricos em prosa que tratam da realeza de Afonso Henriques à consolidação do reino português podem ser divididos em três momentos: monástico, senhorial e institucional. Conforme o espaço senhorial e da corte concorrem para o registro da história, esta ganha um lugar relevante nas repartições burocráticas, visto que a monarquia de Avis cria um cargo somente com a função de assentar a memória do reino. Antes da criação do cargo de cronista-mor, em 1434, que teve como consequência a institucionalização da história, já se produzia nos mosteiros portugueses volumosos crônicas⁸. Além desse acervo monástico, também anterior ao projeto de oficialização da história, surge, no século XIV, graças ao esforço do Conde de Barcelos, a *Crônica de 1344*, primeira crônica com objetivo universalista elaborada em solo português. Entre o século XIV e XV, ocorreu uma mudança no olhar que os governantes davam para a história, que passou a ser escrita menos intensamente nos mosteiros e mais regularmente nos círculos régios.

se a compilação como o grande recurso para manter a continuação da verdade e da preservação da moral.

... louvados, santos, e vertuosos eixemplos, e segura doutrina, que na estória como em vida e imagem se nos representam sômos assi ensinados, que não sómente em nossos erros, e vícios naturaes nos esfriam, e refream pêra com menos lembrança hos obramos, mas ainda pêra as vertudes e craro nome, em tanto amôr, e desejo nos acendem, que com dobrado coração, e huã vertuosa enveja nos esforçam e obriguam pera conseguirmos a final tenção porque nacemos, que he vivermos sempre bem, porque moiramos melhor, e acabemos como devemos.⁸

Pela história, para Pina, somos ensinados a seguir o curso certo da vida, bem como encontrar os bons exemplos, santos e louvados, que comportam como uma segura doutrina. Para viver bem e morrer melhor, a *estória* serve de guia, pois a bondade e a prudência Divina a protege. Deus faz a história e os homens a contemplam com a finalidade prática de observar os bons exemplos para a vida. O *officio estórial*, como Pina escreve corresponde, portanto, a uma atividade de contemplação das excelências divinas através da história. Só existia uma história, uma única verdade, a partir do mesmo ponto de vista, sem que houvesse mudanças na forma que esta era sempre reinterpretada. Pina, no prólogo da *Crónica de D. João II*, faz questão de evidenciar o papel da história, ou seja, trazer para o presente os bons exemplos, sem fantasiar. Sua tarefa dizia respeito à imortalização na escrita de algo já dado pelo plano divino, impedindo, assim, que os exemplos passados e as virtudes do rei e do reino fiquem apagados.

Com efeito, entre os cronistas eclesiásticos e leigos era aceitável a idéia de cópia, pois na atividade do registro da memória escrevia-se sem a meta de compor um trabalho fora do modelo textual que já estava sendo utilizado. Dessa forma, não havia a pretensão de se fazer um trabalho, nos *scriptorium* monásticos ou na Torre do Tombo, original, buscando para todos os fins ser único ou precursor de uma nova escrita. A concepção realista, entender que existia uma verdade pré-existente ao

desdobramento da própria história, fundamentava o procedimento da compilação, isto é, retomar aquilo que já foi escrito indicava um recurso comum para os cronistas monásticos, senhoriais e oficiais.

Até meados do século XVII, o historiador tinha por tarefa estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos- de tudo o que, através do mundo, podia construir como que uma marca. Era ele o encarregado de restituir linguagem a todas as palavras encobertas. Sua existência se definia menos pelo olhar que pela repetição, por uma palavra segunda que pronunciava de novo tantas palavras ensurdecidas. A idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever em seguida, o que em palavras lisas, neutralizadas e fiéis.⁹

No século XVIII século, estabeleceu-se na linguagem uma ordem renovada, desassociando os elementos, crenças, fábulas e lendas, dos significados das palavras, houve uma separação, segundo Foucault, das palavras e das coisas que a ela antes se referiam. Na Idade Média, diferentemente, atribuía-se a palavra uma representação única, ela condizia com uma verdade sem qualquer questionamento de sua natureza. Portanto, conforme Foucault, compilar, além de ter sido uma prática legítima, também era associado a uma leitura de mundo. A finalidade do compilador, no momento que realizava sua cópia era preservar documentos e a própria linguagem que moldurava as formas de decodificação das palavras e do mundo.¹⁰ Essa relação das palavras com as coisas ilustra uma característica da historiografia medieval, pois sustenta o estatuto de uma concepção de verdade.

Quanto ao cronista Rui de Pina, ele tinha uma concepção de compilação que era pactuada por seus contemporâneos. Pina escreve ao irmão do Duque, dizendo que ele compilou e falsificou documentos a respeito do rei, afirmando que essa compilação foi falsa por ter sido criada sem provas concretas, a verdade, ter-se-ia corrompido em razão de uma mentira. De tal modo, o cronista traçou critérios para considerar os documentos como verdadeiros ou *falsos*¹¹, visto que ele buscou

⁹ PINA. *Op. cit.* p. 889.

⁹ FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.179.

¹⁰ FOUCAULT. *Op. cit.*, p.171-181.

¹¹ PINA. *Op. cit.*, p.904.

justificar que os documentos difamatórios da imagem do monarca, forjados pelo irmão do Conde, não tinham qualquer correspondência com a realidade. Assim, nas próprias crônicas, percebe-se uma concepção realista que fundamenta o manejo de documentos. Portanto, o labor cronístico do século XV tomou a precaução de partir de um levantamento de fontes, de materiais que permitem o resgate do passado. Por isso, evitando falsificar a história, ou torná-la mentirosa, Pina, em certas situações, pela pouca quantidade de documentos disponíveis sobre os primeiros reis de Portugal, baseou seu ofício na compilação de uma única fonte, na crônica de 1419. No entanto, as suas primeiras crônicas, de D. Afonso IV e D. João II, tiveram outro ponto de partida, isto é, se, por um lado, as crônicas relativas aos reis da dinastia de Borgonha são refundições de outras crônicas; por outro lado Pina, como possuía em mãos uma diversidade de documentos a respeito da época em que vivia e também por presenciar vários acontecimentos narrados do reinado de D. Afonso V e de D. João II, fez delas um conjunto diferenciado por um estilo próprio de um admirador dos reis que ele viu governar.

*...El Rey emcomendou e mandou, que com muito cuidado, e estudo procurassem e defendessem a causa do Duque, e que por isso lhes faria muita mercee. Foy feyto, e dado Libello contra ho Duque, que logo procedeo, com vinte e dous artygos fundados naquellas cousas em que parecia elle ser culpado; os quaes pelo Juiz lhe foram logo levados onde estava, e Lydos todos; de que ho Duque logo mostrou alguma torvaçam, porque na sustância delles conheceo logo craramente, que muitas cousas suas eram revelladas, e descubertas, que elle avia por mui responder, emcomendou a Ruy de Pina, que era presente, que fosse dizer a El Rey seu Senhor, que aaquellas cousas nom tynham respostas mais propria, nem que mais conviesse aa sua grandeza, vertudes...*¹²

Na própria *Crônica de D. João II*, o cronista Rui de Pina menciona sua participação nos eventos oficiais, nesse caso, no julgamento do Duque de Bragança. O testemunho de Pina colaborou para que essa crônica fosse preenchida com maiores detalhes e com o uso de várias fontes em sua elaboração.

Pina recebeu dois encargos diferentes, primeiro, em 1490, escrever a crônica do governo de D. Afonso IV e de D. João II, posteriormente, em 1513, ele foi responsável pela redação das crônicas de D. Sancho, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso II, D. Dinis e de D. Afonso IV. Este cronista levou mais tempo para escrever as crônicas dos reis contemporâneos a ele do que para elaborar as outras crônicas. A diferença no tempo gasto entre um conjunto de crônicas e o outro é de aproximadamente seis anos, essa variação explica-se, segundo Radulet, pela tipologia da pesquisa histórica implementada em cada crônica, visto que:

*tratando-se de acontecimentos recentes para os quais existia uma grande quantidade de documentos de arquivo e de testemunhos directos o cronista teve de efectuar uma escolha programática dos materiais, estruturá-la de maneira orgânica e elaborar esquemas interpretativos inteiramente originais.*¹³

Portanto, para essa mesma Radulet, o que explica o maior tempo investido na redação das crônicas dos reis contemporâneos ao cronista são os procedimentos de pesquisa, que representam um cuidado com o passado diferente daquele dado nas crônicas feitas a partir da compilação de uma única fonte. A prioridade da compilação era, no caso das crônicas dos reis passados, trazer uma nova versão, revisada, de uma história distante. Já na elaboração de uma história recente outros problemas podem ser colocados.

Em Pina, bem como em Lopes, é perceptível a diferença na elaboração das crônicas quando elas dizem respeito a um rei passado ou a um rei contemporâneo a ele. Portanto, dentro da produção oficial portuguesa, vê-se uma divisão clara entre as crônicas dos primeiros reis, cuja elaboração baseou-se quase que por completo na compilação, e dos reis contemporâneos aos cronistas. Além de conseguirem reunir um número mais elevado de fontes por ser uma história recente, há os laços de fidelidade entre o cronista e a própria Dinastia de Avis que fazem com que as crônicas dos reis contemporâneos tenham um valor diferencial. Uma das marcas da historiografia a serviço do rei é a reverência de cronistas ao monarca. Dessa forma, a fidelidade construída entre o rei e o cronista fez das crônicas dos monarcas contem-

¹² PINA. *Op. cit.*, p.92.

¹³ RADULET, M. C. *O Cronista Rui de Pina e a "Relação do Reino do Congo"*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d, p.36.

plados na obra de um rei contemporâneo uma referência às glórias recentes de Portugal.

*Das coronicas dos primeiros reys de Portugal, primeiramente à Coronica delRey D. Sancho deste nome ho primeiro, e dos Reys de Portugal ho segundo, dirigido aho muito Alto, e Excellente, e Poderoso Príncipe ElRey D. Manoel Nosso Senhor, por Ruy de Pina, seu Coronista mor, e Fidalguo de sua Caza.*¹⁴

Esse é o início do prólogo da *Crónica Delrey D. Sancho I*, que anuncia uma concepção linear do governo dos primeiros reis portugueses. Para Pina, o último rei seria D. Manoel, que mantinha laços de fidelidade com esse cronista. D. Manoel aparece com maior destaque que o rei D. Sancho, monarca que serve de personagem principal para essa crônica. Os reis passados têm seus méritos reconhecidos no conjunto de crônicas de Pina, contudo, os reis do seu tempo, pela fidelidade do cronista podem ser pensados em um outro conjunto da escrita oficial do quatrocentos e na obra desse cronista.

Uma das semelhanças entre *Crónica de D. Afonso IV* e a *Crónica de D. João II* é a contemplação das *perfeçoens* de ambos os monarcas, isto é, da sabedoria dos reis na condução do país, procurando acima de qualquer interesse pessoal a paz e a harmonia do reino.

Logo no início da crônica de Afonso IV, Pina menciona:

*... perfeito Rey, porque logo amou muyto seu povo, & sempre o regeo com inteyra justiça, & o emparou, & sustentava os malfeytores, contra toda a honestidade, & consciência, & justiça (...)*¹⁵ *pera boa, & justa governança de seus povos, & vassalos, fez muytas, & boas leys, & ordenaçoens, que em seu tempo mandou sempre muy bem guardar.*¹⁶

Percebe-se que Pina, na *Crónica de D. Afonso IV*, segue um modelo de escrita semelhante à *Crónica de D. João II*, uma vez que os acontecimentos narrados foram escolhidos devido à proporção por eles adquirida na consolidação do reino português. Comparando ambas as crônicas, a função do rei sábio, além de manter a

estabilidade já alcançada, era também aumentar as glórias da monarquia, garantindo a paz e conservando o maior número de nobres fiéis à segurança do *regno*; nesse sentido, Pina, nessas duas crônicas, procurou apresentar as glórias alcançadas em diferentes momentos da história de Portugal. Contudo, apesar de na construção da memória dos monarcas, D. João II e D. Afonso IV, eles serem apresentados com propósitos parecidos, há uma diferença, pois o trato dado por Pina ao passado revela uma diferença quanto à aproximação entre ele e o rei.

No conjunto de crônicas de Pina, o aspecto emotivo da fidelidade ao rei parece apagada na história da primeira dinastia. Essa mudança no trato do passado, devida à aproximação do rei enfocado na crônica é um aspecto que não se restringe ao trabalho de Pina, ao contrário, pode ser notado na produção cronística desde o início da institucionalização da história em Portugal até o limiar do século XVI. A despeito dessa dicotomia rei passado/contemporâneo, cabe considerar que as crônicas de Rui de Pina aproximaram-se do fazer história característico do século XV, apesar de maior parte da produção desse cronista pertencer ao século XVI. Dessa forma a obra de Pina, estava de acordo com um modelo de escrita quatrocentista, que sofre alterações em meados do século XVI, quando a escrita movida pela história dos reis às façanhas inéditas dos portugueses, ou seja, a expansão marítima.

Os Descobrimientos forneceram, entretanto, uma nova perspectiva sobre a construção da memória. O grande processo de expansão marítima se integrou ao registro da história de Portugal, em razão do lugar de destaque que as navegações ocuparam na trajetória do país¹⁷. Contudo, Pina e Zurara continuaram com a lógica de escrita implementada por Fernão Lopes, a abordagem das navegações realizada por eles foi feita a partir das normas de escrita já existentes, ou seja, os dois últimos cronistas oficiais trataram a história de uma maneira bem similar, pensando a expansão marítima como evento quase secundário, pois o enfoque era a escrita da conduta moral dos personagens destacados da história de Portugal.

Ocorreu, contudo, uma mudança intelectual na

¹⁴ PINA. *Op. cit.*, p.9.

¹⁵ *Idem*, p.335.

¹⁶ *Ibid.*, p.36.

¹⁷ REBELO In: GIL, F. e MACEDO, H. *Viagens do olhar*. Campo das Letras, 1998, p.175-177.

passagem do século XV ao XVI principalmente na percepção de arte, porque, apesar de no quinhentismo os aspectos éticos e religiosos da escrita da história não terem sido alterados, sobretudo na questão moralizante, surgiram novas preocupações¹⁸. Na cultura portuguesa do século XVI, procurou-se “uma nova fórmula na relação da arte e da moral”¹⁹ (visto que se exige uma maior probidade intelectual, os conhecimentos dos letrados se alargam, há uma maior contato com o florescimento da cultura italiana do momento e aparecem *os bolseiros del rei*, além da construção em solo português de centros educacionais voltados para o ensino da retórica, dialética e do latim.

Durante o reinado de D. João II, tornou-se mais freqüente o contato entre humanistas italianos com os portugueses, o que mais possibilitou essa troca cultural foi a iniciativa régia de se aproximar do conhecimento humanista, uma vez que os descobrimentos abriram contatos de Portugal com o resto da Europa. A chegada às Índias foi um passo importante dado pela nação portuguesa para mudar sua visão sobre a arte e buscar uma reforma profunda do estilo de se fazer o registro da história. O contato com a Itália despertou a curiosidade, a vontade pelo novo e a necessidade de alterar a expressão artística.

Essa mudança na forma de enxergar a arte contribuiu decisivamente para que Damião Góis acusasse Rui de Pina de ter roubado os méritos de escrita de Fernão Lopes. Góis, na *Crónica de Dom Manuel*, critica a compilação feita por Rui de Pina de parte da obra de Fernão Lopes, inclusive da *Crónica de D. Afonso IV*, contudo a prática da compilação que deixa de ser tão corrente no século XVI era imprescindível para os cronistas do quatrocentos. Levando em consideração as práticas utilizadas pelo cronista Rui de Pina não se pode dizer que ele ao compilar tinha intenção de roubar o mérito literário de Lopes como mencionou Damião de Góis.

Em razão da formação de Pina dentro da Corte e sua grande aproximação da forma como Zurara e Lopes faziam a história, a escrita desse cronista perpetuou traços de uma época para a escrita da história iniciada no começo do século XV. Já, no século seguinte, Barros, cronista da expansão marítima, trouxe para a escrita da

história portuguesa novos contornos e influências e, a partir dele, começa uma nova formação para os homens que assentavam a memória da nação. Damião de Góis, por sua vez, pelo fato de estar em outro momento da historiografia portuguesa, bem como por gozar de uma nova formação dos homens das letras, cria um diálogo com a escrita de Pina. A partir das críticas tecidas por Góis a Pina, percebe-se, pois, a consolidação de outra tradição. Vale lembrar que há, segundo Radulet, uma grande possibilidade de Pina não ter sequer tomado consciência de que o material que ele utilizava na refundição da história dos primeiros reis de Portugal era de Lopes²⁰.

Nota-se uma lógica de escrita comum aos três primeiros cronistas, a forma como eles fizeram a história sustenta-se em procedimentos semelhantes. Lopes compilou da crônica de 1344 para guardar a memória dos reis passados, todavia, na elaboração da crônica de D. João I, rei contemporâneo a esse cronista, ele abusa de suas qualidades de historiador, submetendo a história dessa crônica a um enredo complexo, propondo uma história legitimadora²¹ do Mestre de Avis. Lopes consultou os arquivos com a finalidade prática de fazer uma história exata do processo histórico que levou a Dinastia de Avis à sua consolidação no cenário nacional. Assim Lopes fundamentou sua obra em materiais do Arquivo Régio e em testemunhos orais da época, articulando várias fontes para efetuar seu trabalho.

Os cronistas oficiais dos Quatrocentos selecionavam os assuntos de suas crônicas de acordo com a magnitude dos fatos na história de Portugal, revelando uma preferência pelas glórias recentes. Em suma, os cronistas empreenderam duas formas de se tratar o passado: documentar a história dos reis passados e enaltecer a memória dos monarcas recentes. D. Duarte, ao oficializar a história, revela um interesse pela reconstituição do passado nacional, da história de um povo vitorioso na revolução de 1383-1385.

Cap. VIII. De como se tratou ho casamento do Infante D. Pedro com a Ifante Dª Costança Manuel.

A este tempo elRei D. Afonso de Portugal, por este trato que a Rainha Dª Maria sua filha recebia del Rei de

¹⁸ *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*. Lisboa: Por ordem da Universidade, 1949.

¹⁹ CARVALHO, J. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*. Lisboa: Por ordem da Universidade, 1949. p. 2.

²⁰ RADULET. *Op. cit.*

²¹ SERRÃO, J. V. *A Historiografia portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1972, p. 57.

*Castdla seu marido, era posto em muito cuidado e grande sentimento, espicallmente que com grandes roturas e periguos, em caso que hamtre eles ouuese, ajmda ho remedyo era doudoso. E por isto, nom menos o hafortunaua ho dezejo que tinha de uer casado seu filho que auya já XVII annos.*²²

Como se contratou o casamento do Infante D. Pedro com a Infanta Dona Constança Manoel.

Neste tempo el Rey D. Afonso de Castella seu marido era posto em muyto cuidado, & grande sentimento, especialmente que com grandes roturas, & perigo em cazo que antre elles os ouuisse, ainda era duuidoso.

*E apos isto não menos o afortunava o desejo que tinha de ver casado seu filho que via já desasete annos...*²³

O primeiro trecho corresponde à *Crónica de D. Afonso IV* de Fernão Lopes e o outro é uma parte da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina. Pina compilou da obra de Lopes, reproduzindo um texto cuja primeira elaboração não lhe pertencia. No século XVI, Damião de Góis ao acusar Pina de ter usurpado os méritos literários do cronista Fernão Lopes, esquecendo-se de que a compilação foi livremente utilizada entre os cronistas oficiais quatrocentistas e nem colocando em questão que as crônicas dos primeiros reis de Portugal de Fernão Lopes também foram compiladas. Lopes refundiu partes da *Crónica de 1344* que já tratavam de uma história exclusiva dos monarcas portugueses. Dos casos de compilação da crônica oficial do século XV, o conjunto de crônicas dos reis passados de Pina pode ser visto como o que mais se apropriou do recurso da refundição para documentar a história, uma vez que nos episódios de compilação dos outros dois cronistas não se percebe a mesma intensidade na reprodução de outro texto. É mais incomodativa a compilação em Pina para os historiadores do Quinhentos, porém, isso não justifica o fato de ele ser considerado um plagiador, antes desse século a cópia parcial ou quase total estava legitimada pelos procedimentos de escrita utilizados. O termo plágio ou a acusação de plágio chega a ser anacrônica quanto se refere ao labor de Rui de Pina, pois os mecanismos que

efetuavam seu ofício eram práticas correntes.

No século XV, a retomada da *Crónica de Afonso IV* por Pina teve um valor documental, o ofício desse cronista preservava a memória do povo portuguesa, por isso, havia a preocupação de escrever-se sobre a história dos reis passados, contudo, a crônica de D. João II, além do caráter documental expressa o carisma que Pina reconhece no rei D. João II. O labor cronístico do século XV mostra este trato do passado: de um lado, crônicas compiladas com o papel de lembrar as primeiras histórias da formação do reino português, de outro, crônicas que registram, segundo os cronistas, o auge da história de Portugal, isto é, o presente deles. Em Lopes, o governo de D. João I abre a Sétima Idade, época, segundo Rebelo, de quietude e repouso, na qual Deus e o homem descansam²⁴. Pina, na crônica de D. João II, apesar de não ter o mesmo labor de Lopes destaca em sua obra a serventia do rei D. João II para a solidificação do poder, num momento em que o curso das navegações começava. A história dos reis contemporâneos possui uma importância legitimadora maior que a história dos reis passados, pois, além transparecerem a fidelidade deles com os reis, os cronistas, Lopes e Pina, nas crônicas registradas pela primeira vez, assumem o compromisso de deixar para a posterioridade o que se passou naquela época. Eles são os primeiros a immortalizar os acontecimentos daquele período e reconhecendo de alguma forma o valor do material que estavam criando, buscaram sempre enxergar as proezas em detrimento dos fracassos dos governos do seu tempo.

Deste modo, a diferença entre a *Crónica de D. Afonso IV* e a *Crónica de D. João II* diz respeito a uma variação de método, isto é, muda-se a forma de organização dos documentos utilizados na composição de cada crônica. A *Crónica de D. Afonso IV* que foi compilada de uma crônica de Fernão Lopes sendo um material que cuja temática e forma de escrita aproxima-se do original, contudo a outra crônica aqui abordada não se refere a uma única fonte. Assim, apesar dos temas entre ambas as crônicas serem semelhantes há uma diferença quanto ao trato dado ao passado.

Além disso, o cronista Rui de Pina estava autorizado a refundir parte do trabalho de Lopes, pois a compilação

²² *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. crítica de Carlos da Silva Tarouca, 3 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952, p.171.

²³ PINA. *Op. cit.*, p.356.

²⁴ REBELO, L. de S. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Livros Horizonte, 1983, p.65.

mostrou ser uma prática usada livremente pelos cronistas do Quatrocentos. A compilação foi o principal recurso que Pina utilizou na montagem da *Crónica de D. Afonso IV*, já a escrita da *Crónica de D. João II* revela na sua estrutura uma combinação mais complexa dos documentos, mostrando também a relação de afetividade entre o cronista e o próprio monarca.

Referências

Fontes:

Crónica de Cinco Reis de Portugal, ed. diplomática de A. Magalhães Basto. Porto: Liv. Civilização, 1945.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal, ed. crítica de Carlos da Silva Tarouca, 3 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952.

PINA, R. de. *Crônicas*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

_____. *Crónica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950.

Bibliografia:

AMADO, T. *Fernão Lopes contador de história*. Sobre a crónica de D. João I. Lisboa: Estampa, 1991.

BARRETO, L. F. *Os Descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva: 1989.

BASTO, A. M. Estudos: *Cronistas e Crônicas Antigas*. Fernão Lopes e a Crónica de 1419. Coimbra: Oficinas Atlântida. 1960.

CARVALHO, J. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Lisboa: Por ordem da Universidade, 1948.

_____. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*. Lisboa: Por ordem da Universidade, 1949.

DIAS, J. S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, s.d.

FRANÇA, S. S. L. *Os Reinos dos Cronistas Medievais*. São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAUL, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIL, F. e MACEDO, H. *Viagens do olhar*. Campo das Letras, 1998.

GOMES, R. C. *A Corte dos reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV*. Os Estados. São Paulo: EDUSP, 1971/1981.

_____. *Histoire et culture historique dans l'occident médiéval*. Paris : Aubier Montaigne, 1980.

_____. Chancelleries et monastères. La mémoire de la France au Moyen Âge. In : *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p.587-606.

LANCIANI, G e TAVANI, G. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

LOYON, H.R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARQUES, A. P. *A historiografia dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

MARQUES, O.A.H. *A Expansão quatrocentista*. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. *A sociedade medieval português*. Lisboa: Sá da costa, 1971.

RADULET, M. C. *O Cronista Rui de Pina e a "Relação do Reino do Congo"*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

REBELO, L. de S. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Livros Horizonte, 1983.

SERRÃO, J. V. *A Historiografia portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1972.

VENTURA, M. G. *O Messias de Lisboa*. Um Estudo de Mitologia Política Medieval (1383-1415). Lisboa: Cosmo, 1992.